

ACORDO COMPLICADO

Liana Verdini e
Regina Alvarez
Da equipe do **Correio**

Quatro dias de reuniões com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) deixaram uma certeza na equipe econômica: não será fácil chegar a um consenso com o fundo sobre as novas metas do acordo, já baseadas no cenário pós-desvalorização do real. Existem divergências sobre as projeções para o comportamento da economia este ano e uma delas é em relação à inflação. Os técnicos do governo trabalham com uma expectativa de inflação abaixo de 10%. O FMI acha que a taxa ficará bem mais alta, mais próxima da estimativa feita por bancos estrangeiros, que chega a 21%.

Para manter a inflação próxima de 10%, os técnicos do fundo acham que seria necessária uma taxa de juros elevadíssima ao longo do ano, o que resultaria numa recessão brutal, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) de até 9%.

A equipe econômica já reviu as projeções para o PIB deste ano, que agora estão entre 2% e 3% de queda. Antes da desvalorização, a previsão era de que o PIB cairia 1% em 1999, mas o aumento dos juros e a própria desvalorização do real vão agravar a recessão.

Também não existe ainda consenso sobre o patamar em que a dívida pública deve se estabilizar este ano. O FMI quer manter a meta anteriormente acordada com o Brasil, no final do ano passado, de 44% do PIB. Os técnicos do governo acham essa meta muito ambiciosa, porque o aumento da taxa de juros e a desvalorização terão grande impacto sobre o estoque da dívida pública este ano. Cálculos feitos por analistas do mercado prevêem que, se nenhuma medida adicional for adotada, a dívida pública federal pode chegar a 50% do PIB no final de 1999.

Recuar desse patamar para a meta acertada com o FMI em dezembro exigiria um esforço fiscal muito grande, além da capacidade do governo, segundo avaliação de alguns de seus integrantes. Principalmente porque a queda mais acentuada do PIB, de um lado, e o aumento dos juros, de outro, amplia o esforço fiscal necessário para equilibrar a divi-

Fotos: Ronaldo de Oliveira



Malan e Fraga chegam para reunião com técnicos do FMI: o governo considera que não existe espaço, nem clima político para aumento de impostos

da num determinado patamar.

A equipe econômica já admite rever para cima a meta de superávit primário (receitas maiores do que despesas) para as contas públicas este ano, que fora fixada em 2,6% do PIB no acordo com o Fundo. Mas, por enquanto, não há definição de uma nova meta. Ela vai depender dos cenários que forem traçados para a economia: inflação, queda do PIB, taxa de câmbio e de juros.

Exatamente porque pretende que o Brasil obtenha em 1999 um superávit primário acima de 2,6% do PIB, o FMI considera insuficiente o esforço fiscal de R\$ 28 bilhões, que inclui medidas polêmicas como a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas da União, recentemente aprovada pelo Congresso.

Os técnicos do governo têm ainda

algumas cartas na manga para ampliar o ajuste, como novos cortes no Orçamento, por meio de uma programação financeira mais austera, ou até mesmo a demissão e colocação em disponibilidade de funcionários públicos. "Nenhuma dessas medidas está descartada", informa um dos negociadores da equipe econômica. Entretanto, o governo considera que não existe espaço, nem clima político para mais aumento de impostos.

O FMI também resiste em alterar a meta de déficit nominal do setor público (inclui despesas com juros e correção monetária), que este ano corresponde a 4,7% do PIB, mas os técnicos do governo acham que ela se tornou inalcançável com a desvalorização do real e o aumento da taxa de juros. Está em discussão uma proposta de se esta-

belecer também uma meta de déficit operacional, que exclui os efeitos da inflação sobre as contas. O governo gostaria que este fosse o conceito considerado pelo fundo na hora de avaliar o cumprimento das metas pelo Brasil. Os técnicos do FMI estão resistentes.

As dificuldades na revisão do acordo com o Brasil levaram o vice-diretor gerente, Stanley Fischer, a adiar seu retorno aos Estados Unidos por um dia. O executivo do FMI viaja no fim da tarde de hoje. Os outros integrantes da equipe do fundo, chefiada pela economista Teresa Ter-Minassian, permanecem em Brasília até o fim da próxima semana. Os técnicos devem voltar aos EUA com um esboço da revisão das metas e terão um prazo de duas semanas para elaborar seu relatório.

Se a cúpula do FMI considerar sa-

tisfatório o novo acordo, Camdessus emite um parecer favorável para que os membros do *board*, 24 no total, aprove o acordo. Pelos cálculos dos próprios negociadores dificilmente todas essas etapas serão cumpridas antes de março.

CÂMBIO

As discussões sobre a forma pela qual o Banco Central voltará intervir no mercado de câmbio também têm ocupado a missão do FMI, que discute as novas regras com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que oficialmente é assessor do ministro. As opções foram apresentadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, durante café da manhã, que reuniu o vice-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Stan-

METAS

SUPERÁVIT PRIMÁRIO(*) EM 1999

A meta acertada com o FMI de 2,6% do PIB deve ser ampliada para compensar, em parte, os gastos com juros. Isso pode implicar novos cortes nas despesas do governo.

DÉFICIT NOMINAL(**)

Deveria ficar em 4,7% do PIB este ano, segundo o acordo com o Fundo, mas vai aumentar por causa das despesas com juros, que serão maiores do que o governo previa antes da desvalorização.

RELAÇÃO DÍVIDA/PIB

O compromisso do governo para 99 era manter a dívida pública estabilizada em 44% do PIB. O FMI insiste em manter essa meta, mas a equipe econômica acha muito difícil por causa da queda do PIB e do aumento dos juros.

INFLAÇÃO

Deveria ficar em 2% este ano sem a desvalorização do real. Agora ficará bem mais alta. O governo acha que não passa de 10%. O FMI acredita que pode chegar a 20%. Este é um dos pontos que está dificultando as negociações com o Fundo.

(*) Receitas maiores que as despesas, sem considerar a conta de juros.

(**) Resultado mais amplo das contas públicas. Inclui os gastos com juros e a correção monetária. Abrange governo federal, estados, municípios e estatais.

ley Fischer, e a cúpula do Ministério da Fazenda. Foram duas as alternativas apresentadas. Uma delas é estabelecer parâmetros para a flutuação do dólar e deixar esses limites claros para os profissionais do mercado financeiro.

A outra é a criação de uma espécie de banda virtual, em que apenas o Banco Central teria conhecimento dos limites máximo e mínimo para a cotação da moeda norte-americana. Também estão em discussão limites para gastos de reservas em cada intervenção.

O diretor do Banco Mundial (-Bird), Gobind Nankani, disse ontem que o Bird mantém a disposição de emprestar ao Brasil os US\$ 4,5 bilhões prometidos ao país, independentemente do desfecho das negociações com o FMI. Desses recursos, US\$ 1 bilhão já foi liberado.